



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ACTA N.º 2/2013

-----**SESSÃO ORDINARIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E TREZE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**-----

-----**PRESIDENTE — ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO EM SUBSTITUIÇÃO DO SR. ADÃO JOSÉ FONSECA SILVA**-----

-----**1º SECRETÁRIO - CÂNDIDA DA ENCARNAÇÃO BAIXINHO, EM SUBSTITUIÇÃO DO SR. ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO**-----

-----**2º SECRETÁRIO – MARIA DELFINA GUIOMAR SARMENTO, EM SUBSTITUIÇÃO DE CÂNDIDA DA ENCARNAÇÃO BAIXINHO**-----

-----Eram vinte e uma horas, quando o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituído, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Manuel Luís Gomes Vaz e Judite Maria Paulos Lino, que foram substituídos, pelos senhores Francisco Manuel Rosa e Carlos Alberto Souto Pedro, respectivamente.-----

-----O Deputado Municipal Vitor Hugo Batista Matos ao abrigo do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pediu a sua renúncia nas funções de membro da Assembleia Municipal.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Espadanedo, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Sr. David da Silva Martins.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Peredo, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pela Sr.ª Deolinda da Conceição Ferreira Morais.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Bagueixe, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Sr. Duarte dos Santos Azevedo Martins.-----

-----Verificada a lista das presenças, dela constavam 71 Deputados Municipais: Maria Isabel Moreno Xavier Escudeiro, António dos Santos Pires Afonso, Maria Manuela dos Santos, José António da Silva Madalena, Manuel António Machado Carvalho, Maria Inácia Rosa, Fernando Humberto Gomes, Paulo Duarte da Silva Dias, Celina da Conceição de Sá Martins, Maria Helena Lopes Gonçalves, Manuel Duarte Queijo, Maria Raquel Cordeiro Moreno, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Maria Helena Rodrigues Magalhães, Isabel Maria Vaz Mesquita da Costa, Luís Inácio Fernandes Gonçalves, Manuel, José Maria Peixoto Coutinho, Ana Rita Simão Rodrigues, Carlos Alberto Camelo, Maria Inês Falcão Bárrios, Manuel Alberto Rodrigues, António Joaquim Correia, Rogério Paulo Esteves Martins, Maria Idália Ferreira

Correia Mateus, Luís Adelino Batista, Alberto Manuel Pinela Salgado, Maria José Alves de Lima, Cândida da Encarnação Baixinho, António Carlos Manso Gonçalo, Helena Isabel Pires Seabra, António Joaquim de Araújo Oliveira, Maria Virgínia Gonçalves de Sousa, António Luís Gomes, Carlos Alberto Souto Pedro, Luís Manuel Colmeieiro Rodrigues, Humberto José Trovisco, Artur do Nascimento Vasco Parreira, Duarte dos Santos Azevedo Martins, António Miguel Vinhas Romão, Arménio Augusto Carvalho, Carlos Alberto Brás Cabanas Justo, José António Génio, Manuel António Mendes Vieira, Eduardo João Martins Pereira, José Manuel Cova Veigas, David da Silva Martins, Manuel André Pires Morais, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, José António Cordeiro, Manuel Augusto Vilarinho Pinto, Armindo Caseiro Cepeda, João Manuel Fernandes, Maria José Filipe Ventura Freitas, Manuel de Jesus Albino Rodrigues, Deolinda da Conceição Ferreira Morais, Marco Aurélio Pinto Ferreira, Gualter do Nascimento Mesquita, António Sérgio da Silva Botelho, António João Alves Trovisco, Rui Manuel Cosme Santos, Moisés do Espírito Santo Caseiro, Maria Delfina Guiomar Sarmento, Camilo António Morais, Joaquim Manuel Ferreira Seabra, Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues, Jorge Orlando Pires Asseiro, Manuel António de Sá Mico, Maurício dos Santos Correia, Sérgio Avelino Lino, Francisco António Martins e Gumesindo António Gomes. Não compareceram 6, Adão José Fonseca Silva, António Afonso Salgado Ruano, António Mário Pegado Lemos de Mendonça, José Fernando Lopes, Francisco Manuel Rosa e Mário Filipe Borges Teles.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto, deu conhecimento de toda a correspondência recebida até esta data na Assembleia Municipal, colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar.-----

-----Seguidamente, informou que quem pretendesse usar da palavra, relativamente à acta da sessão ordinária do dia 25 de Fevereiro de 2013, podê-lo-ia fazer. -----

-----Ninguém pretendeu usar da palavra:-----

-----Seguidamente foi a acta posta à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 70 votos a favor e 1 abstenção.-----

-----Neste momento, e antes de prosseguir os trabalhos o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto**, informou que neste mesmo dia deixa de estar entre eles, o Sr. Alfredo Augusto Vaz, que se encontrava doente já há algum tempo. Este cidadão e Macedence nascido a 15 de Junho de 1929, foi Secretário da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros ou funções equiparadas porque exerceu funções muitos anos antes do 25 de Abril, desde 1960 e 1982. Foi depois eleito Presidente da Junta de Freguesia de 1983 a 2009, embora por motivo de doença tenha interrompido funções em Dezembro de 2007. Exerceu esse cargo ao longo de 24 anos. Verifica-se assim que o Sr. Alfredo Vaz dedicou 45 anos ao serviço da Comunidade. A Mesa da Assembleia propõe que se guarde um minuto de silêncio em sua memória.-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**LUÍS INÁCIO FERNANDES GONÇALVES (PSD)** – Disse esta sua intervenção é para evocar um membro que foi desta Assembleia durante muitos anos e merece que aqui se digam umas palavras em sua memória. Desde a primeira reunião até ao limite das suas forças sempre pertenceu a este Órgão, refere-se concretamente ao Sr. Alfredo Augusto Vaz que deu



muito da sua vida a esta terra, aos habitantes da freguesia de Macedo de Cavaleiros e participou arduamente nos trabalhos das Assembleias Municipais. Desempenhou o seu cargo de Presidente da Junta de Freguesia com abnegação que merece reconhecimento. Este homem dedicou-se profundamente à sua Freguesia de tal maneira, que por vezes deixou a sua vida profissional e pessoal para se dedicar aos interesses da mesma. Ele sentia no cargo que desempenhava prazer em servir os munícipes. Por tudo isto merece o Sr. Alfredo Vaz ser aqui recordado. O poder local ficou mais pobre, perdeu um homem que o soube defender, que soube usar o lugar em prole dos habitantes desta terra.-----

-----**JOAQUIM MANUEL FERREIRA SEABRA (PS)** – Referiu que não iria acrescentar muito mais à intervenção do Deputado Municipal, Sr. Luís Gonçalves, uma vez que o essencial foi dito. Aproveita no entanto o momento para apresentar um voto de pesar em nome da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, da qual é Presidente, pelo desaparecimento de mais um macedense. Macedo fica mais pobre e infelizmente são cada vez menos. Também em nome pessoal dirige as suas condolências à família, particularmente aos que são mais próximos.-----

-----Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto**, convidou todos os presentes na sessão da Assembleia Municipal a guardar um minuto de silêncio, em memória do Sr. Alfredo Augusto Vaz.-----

-----De seguida passou-se de imediato para o período de antes da ordem do dia.-----

-----**PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- (Artigo 86º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 Janeiro)-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Começou por se associar ao voto de pesar apresentado pelo falecimento do Sr. Alfredo Vaz, pessoa que todos reconhecem pela sua enorme dedicação à Junta de Freguesia, uma casa onde ele mostrava estar sempre disponível a atender as pessoas a qualquer hora. Fica-nos a memória de uma pessoa dedicada a uma causa e que merece como tal ser recordada.-----

-----De seguida referiu-se ao evento que decorreu nos últimos dias, ou seja uma formação sobre apicultura em Macedo de Cavaleiros, no seguimento daquilo que foi a aquisição por parte do Concelho do título de “Capital da Apicultura”. Macedo de Cavaleiros que até não é um local de referência em termos de quantidade de produção de mel, mas nos últimos anos tem-se evidenciado na apicultura, pelo interesse que muitas centenas de pessoas vêm demonstrando nesta área. Aquilo que parecia ser um projecto pequeno, tem vindo a crescer de uma forma impressionante a ponto de neste momento estarem a decorrer formações com mais de 400 pessoas. É um passo positivo, havendo inclusivamente jovens que se estão a interessar pela apicultura e que veem nela um meio de complementar os seus meios de subsistência, pois perante o cenário de grande desemprego que afecta o Distrito de Bragança, são necessárias iniciativas como esta, para que o aproveitamento da riqueza endógena do território, possa potenciar o modo de vida de muitos jovens.-----

-----Uma outra questão tem a ver com o percurso Macedo/Vila Real, cerca de 80 Km de estrada que já se faz com segurança em 45 minutos. No entanto há um enorme estrangulamento entre Vila Real/Amarante, por força do túnel do Marão. Esta obra há demasiado tempo que está parada e espera que haja vontade da parte do Governo em tomar posse administrativa da obra e assim permitir que ela avance de vez. É certo que isto vai obrigar a que todo o processo volte ao princípio, pois vai ser necessário fazer uma nova Candidatura ao QREN, mas está convencido que desta vez será imparável e a obra estará concluída até 2016.-----

-----Relativamente à Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros mais uma vez está de parabéns. A Entidade Reguladora de Saúde deu nota positiva a uma série de Instituições na área da saúde, e Macedo de Cavaleiros no que diz respeito à ortopedia aparece novamente este ano, nas artroplastias da anca e do joelho como Unidade de excelência, o que nos deixa muito felizes. Todos sabem que a ortopedia é uma âncora do Hospital de Macedo e que permitirá sempre afirmar-se pela diferença relativamente aos outros Hospitais que constituem a ULS/Nordeste.-----

-----**PEDRO FERNANDO REIS MASCARENHAS (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Quero também expressar aqui o meu voto de pesar pela morte do Sr. Alfredo Vaz, pessoa que recorro com grande estima e amizade.-----

-----Peço desculpa a esta Assembleia por mais uma vez trazer aqui o assunto sobre o qual já muito foi aqui dito. Esse assunto, como já devem estar a adivinhar, é a permanência do helicóptero em Macedo de Cavaleiros. Foram aqui apresentados argumentos em defesa da sua permanência e argumentos em contrário. Os argumentos contrários foram exclusivamente apresentados por um membro desta Assembleia Municipal, que embora eu entenda que o não deveria ter feito enquanto macedense e deputado por este distrito, está no entanto no seu pleno direito enquanto cidadão de dizer aquilo que entende. A argumentação, seja ela em que sentido for, é sempre de respeitar e eventualmente de rebater, se for o caso. O que não podemos ou não devemos nunca fazer, é menosprezar aqueles que nos são contrários nem numa atitude paternalista ou complacente minorizar as opiniões de uma tão grande maioria. Todos nós temos capacidade para perceber os benefícios e os malefícios, se é que os há, da manutenção do helicóptero em Macedo. Mas também todos nós temos o direito de pôr alguma emoção em assuntos tão importantes para a nossa comunidade. Fico imensamente satisfeito e esperançado quanto ao futuro desta terra, quando vejo tanta emoção em defesa daquilo que nos é querido e que deverá ser nosso por direito. A emoção e a razão não são necessariamente incompatíveis e talvez seja preferível uma emoção genuína, do que alguma razão direcionada. Aliás parece que, para já, a emoção do povo coincide com a razão da justiça, já que a governação anda tão arredada de atitudes razoáveis. Infelizmente o helicóptero continua a ter saídas diárias para, felizmente, continuar a salvar vidas nordestinas.-----

-----Nunca falei com o Presidente do INEM, nem com qualquer outro dirigente colado a uma qualquer secretária em Lisboa, mas falo com as pessoas que aqui diariamente arriscam as



suas vidas para salvar as dos outros e soube por elas, que muitos dos que já salvaram não poderiam ter sido salvos, caso o helicóptero estivesse em Vila Real.-----

-----Seja como for, respeito a opinião do cidadão Adão Silva, mas não posso compreender a posição do político que a defende. Não é para mim de todo agradável vir aqui repetidas vezes falar sobre este assunto, no entanto, enquanto membro desta Assembleia eleito pelos cidadãos deste concelho, não me escusarei a fazê-lo sempre que necessário. Não pensem que o faço por desejar colher dividendos políticos, pois o que eu aqui digo a comunicação social, entenda-se Rádio Onda Livre, não o faz chegar aos eleitores e aqui dentro a maioria dos que me ouvem são, em princípio, votos para um partido que não é o meu.-----

-----Mudo agora de assunto e dirijo-me ao Sr. Presidente do Município para lhe transmitir a minha preocupação em relação ao aproveitamento da capacidade de armazenamento de água na Albufeira do Azibo. Todos temos bem fresca na nossa memória a triste imagem do Azibo com um nível de água tão baixo. Felizmente este ano choveu bastante, a Albufeira encheu e está há bastantes dias a vazar pelo descarregador de superfície. Nos dias em que a chuva foi mais intensa a água que saía pelo descarregador chegou a ter cerca de 60 cm de altura, inundando os campos e lameiros a jusante. No seu ponto mais baixo o nível de água esteve 4 metros abaixo do atual nível. Neste momento a água encontra-se à cota 600 (cota do descarregador de superfície). Sabemos que o nível máximo de armazenamento é à cota 602 ou sejam, 2 metros acima do nível atual (e ainda com 1,65m de segurança). Sabemos também que estes 2 metros de água correspondem a um maior volume de água que os dois metros para baixo desta cota e que ultrapassam em muito o consumo médio anual de água. Ora se o aproveitamento fosse efectuado na sua plenitude, poderíamos em caso de nova seca garantir a manutenção do nível de água em cotas que não levassem ao cenário desolador de 2012. Poderíamos também, em caso de não seca, garantir um adequado caudal ecológico no rio Azibo, que mesmo para quem não tenha sensibilidade ambiental compreenderá que seria benéfico para a agricultura e para o turismo. Não se compreende assim, depois do exemplo que tivemos, que não se aproveitem as capacidades de armazenamento do Azibo e que nos ponhamos novamente em risco de passar por aquilo que passamos em 2012.-----

-----Não entenda Sr. Presidente esta minha intervenção como uma crítica, pois certamente não terá o Município competência para intervir operacionalmente, mas entenda-a como uma chamada de atenção para que o Executivo tenha isto como preocupação e interceda junto de quem o possa fazer, pois Macedo tiraria mais e melhor proveito da Albufeira do Azibo.”-----

-----**IDÁLIA MARIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Assinalou-se recentemente mais um aniversário do 25 de Abril – Dia da Liberdade. Nesse dia do ano de 1974, os militantes e o povo descarregaram dos ombros o peso da mortalha de 48 anos de ditadura fascista, de obscurantismo, sofrimento e medo. Mas esse mesmo 25 de Abril de 1974, também trazia no ventre o sonho da liberdade sem amarras, de uma democracia participativa, moderna e avançada. O sonho de um Portugal renovado, desenvolvido, justo e solidário. Todos estes sonhos, embora ainda não realizados, continuam vivos porque os homens e mulheres deste país têm o direito de sonhar, sempre, por mais e

melhores condições. Urge defender a esperança num Portugal desenvolvido, justo, democrático e soberano, sistematicamente travado pelas políticas neoliberais levadas a cabo ao longo das últimas décadas, viradas apenas para os chamados mercados esquecendo a economia real e as pessoas. Homenageamos antecipadamente as comemorações do 1.º de Maio e a participação dos trabalhadores, e todos os afetados por esta política que são parte integrante dessa luta.”-----

-----Ainda relacionado com as comemorações do 39.º aniversário do 25 de Abril, trazemos a esta Assembleia um assunto que nos mereceu a maior atenção.-----

-----Na reunião da Comissão Permanente de preparação para as comemorações do 25 de Abril no ano de 2011, por proposta do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Dr. Adão Silva, e com a qual todas as forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal concordaram, ficou assente que, a partir dessa data e seguindo a ordem de maior para menor votação dos referidos partidos, seria feita uma intervenção em cada ano, apenas por um elemento de cada partido, a fim de não se tornar cansativo para a assistência.-----

-----Assim, em 2011, a Assembleia Municipal fez-se representar nas comemorações desse ano, por uma senhora do PSD. No ano seguinte, e seguindo o mesmo critério, foi um elemento do PS a fazê-lo. Em 2013 ficou acordado na reunião da Comissão Permanente que seria um elemento do CDS a intervir. Contudo, nenhum elemento desse partido se mostrou disponível. Ora, seguindo a proposta do PSD, e já que na 3.ª força mais votada não havia ninguém disponível, deveria ter sido contactada a 4.ª força política e, se esta também mostrasse impossibilidade de se fazer representar, havia ainda uma 5.ª força política nesta Assembleia a poder ser contactada.-----

-----Mas, inexplicavelmente, convida-se, sem dar conhecimento a nenhum dos outros partidos, um elemento do PSD para dizer umas palavras nas comemorações do 25 de Abril.-----

-----Que fique registado que a CDU nada tem contra a senhora Deputada, Inês Bárrios que se limitou a responder ao convite que lhe foi feito. Repudiamos, isso sim, a atitude tomada e queremos saber por quem, que contrariando as próprias propostas do PSD, decide como melhor lhe apraz passando por cima dos outros.”-----

-----**FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Permitam-se que comece esta minha intervenção com um acto de reconhecimento pelo facto do Sr. Presidente da Câmara e na sequência da intervenção da Deputada da CDU, ter reconhecido a necessidade de no próximo ano baixar a taxa do IMI, que acaba por corresponder à posição por mim assumida no debate sobre a fixação da mesma para o ano de 2013. Ao assumir tal monstruosidade fiscal que representa a elevada taxa deste imposto tendo em conta o processo de avaliações que se encontrava em fase de execução, por parte da Administração Tributária através de uma forma deficiente e injusta, como se veio a verificar. No entanto esta não é a razão maior que aqui me traz. Estamos em época pré-eleitoral e são diversos os cidadãos que se encontram no terreno, com a intenção de poder vir a ocupar a cadeira da gestão política do Município, embrulhando-se num role de promessas ao eleitorado, cujo resultado é premiando no futuro o seu incumprimento. Em eleições quase tudo



se permite, mas há limites que devem assentar no razoável. Quem assumir a presidência da Câmara para os próximos 4 anos, irá herdar um fardo político extremamente forte e pesado. Um Município descapitalizado, cortes dramáticos nas transferências da Administração Central que segundo os últimos dados conhecidos podem atingir os 25%, diminuição das receitas por via dos impostos, tendo em conta a sua brutal quebra e um fluxo negativo de taxas devido ao estado de estagnação do seu suporte. A par de tudo isto temos ainda uma outra situação mais grave e complexa já sentida pelos macedenses e à qual teremos de dar resposta com o máximo de urgência, que é o estado depressivo do qual eu já vinha falando há algum tempo, pois já não é uma versão teórica. Com a publicação de um estudo levada a efeito pela Universidade da Beira Interior e tendo como valor referencial a qualidade de vida dos 308 Municípios de Portugal Continental e Ilhas, Macedo de Cavaleiros aparece no 220.º lugar, dentro deste universo de 308, e já no Distrito de Bragança aparece em antepenúltimo lugar. Para efectuar este estudo foram tidas em conta cerca de 40 variáveis que vão desde a saúde, situação económica, desemprego, emigração, taxa de natalidade e mortalidade e outras que apresentam como resultado final um concelho mais pobre, mais abandonado, com menos pessoas e as que existem sem perspectivas de futuro. Inverter este estado de coisas é aquilo que os nossos agentes de poder terão de fazer, tendo a coragem de assumir perante o eleitorado essa realidade, em vez de se organizar o tradicional folclore típico de qualquer campanha eleitoral autárquica. A realidade a curto prazo apresentar-se-á dura e difícil e fazer promessas desta ou daquela obra, não passará de um mero acto de demagogia fácil e insultuosa, para estas cerca de 15 mil almas que aqui teimam em querer continuar a viver. -----

-----Tendo a consciência real e o conhecimento das indisponibilidades financeiras do Município para a sua concretização, Macedo precisa de alguém que pense mais nas pessoas e menos em obras de cimento e betão. Precisa de um Plano de Desenvolvimento Integrado cujos alicerces assentem em toda a sociedade macedense, com uma forte componente social. Os ciclos políticos vão ser cada vez mais curtos e o assumir de promessas é, na minha modesta perspectiva um crasso erro político que só o futuro o poderá vir a julgar. Esta é a preocupação de alguém que sente o pulsar da sua terra e vê com a maior apreensão o desânimo e a agonia social das suas gentes.”-----

-----**BENJAMIM DO NASCIMENTO PEREIRA RODRIGUES (PS)** – Deixou também o seu voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Vaz, não só como amigo, mas também como alguns laços familiares. Dizer também que enquanto exerceu as funções de Presidente de Junta, sempre que o solicitou, o serviu e ajudou com disponibilidade e afabilidade. Por isso deixa as condolências à família e associa-se ao voto de pesar.-----

-----Agradeceu de seguida as palavras sempre agradáveis, reconhecendo o trabalho também sempre com afinco e com vontade de cada vez produzir mais, servir os macedenses e todo o Distrito. Ver o trabalho reconhecido é para eles um factor de cada vez mais, terem a vontade de fazer mais e melhor e com tecnologias cada vez mais evoluídas de forma a não “perderem o comboio” e terem a certeza que são um factor não de desertificação, antes pelo contrário, de concentração. Adiantou que mais uma vez, estão a contribuir para aqui concentrar

gente do Litoral. O serviço de ortopedia como tem ganho algum prestígio está a conseguir atrair mais internos e estão agora a começar a formar especialistas que já demonstraram querer ficar. Estão portanto a ter mão-de-obra especializada que não precisa de emigrar. Neste aspecto pensa que estão todos de parabéns e espera que isto seja um exemplo para todos, pois com trabalho e afincos tudo se consegue.-----

-----De seguida fez referência a uma notícia vinda no Jornal "Mensageiro de Bragança", onde num artigo de fundo faz referência ao endividamento das Autarquias. É seu propósito nesta matéria do endividamento isentar a sua Junta de Freguesia da responsabilidade do mesmo, porque nunca tiveram qualquer apoio. Tiveram uma dotação no último orçamento de 150€ que até proibiu de levantar, porque até envergonharia os elementos da Junta e o seu povo. No entanto não quer deixar de realçar que não é o artigo em si que chama a atenção, mas sim o gráfico que é demasiado objectivo e que ao olhar para ele, chegou à conclusão que em termos objectivos e absolutos temos a pior Câmara do Distrito, com um endividamento de 22 milhões, mas pior do que isso é que não se vê obra nenhuma. Podem ver algumas Câmaras que têm obra e têm lucro, mas no caso da Câmara de Macedo é um endividamento brutal, em termos absolutos é o segundo do distrito. Há Câmaras com receitas líquidas que se sobrepõem largamente ao endividamento e podem ter o exemplo de 3 Câmaras, que por acaso são Socialistas (Vinhais, Vila Flor e Moncorvo), que servem de exemplo e que no artigo do Jornal dizem como se faz para não haver endividamento. Basta ler o artigo e logo perceberão porque é que não há endividamento. No entanto não deixa de realçar também uma Câmara que é PSD, a de Bragança que é um exemplo, achando até que a nível nacional é das melhores. Isto tudo, porque pessoalmente, não compreende como é que há endividamentos deste calibre, quando tem uma Junta pela qual é responsável e não teve um cêntimo de investimento. É um acto discriminatório gravíssimo, digno até de ir para o Guinness. Gostaria até que lhe perguntassem como é que isto é possível? A isto responderia: vejam as obras que foram orçamentadas ao longo destes anos, sempre foram orçamentadas e executadas, quantas foram? Não passaram de projectos. Gostava de saber para onde vai esse dinheiro. A Junta de Freguesia de Talhas tem dois funcionários que são pagos pela Freguesia com o dinheiro do FEF (apesar de reduzido). Toda a gente sabe que ele nunca auferiu o vencimento de Presidente de Junta, a que tem direito, indo esse dinheiro direitinho para o povo de Talhas, porque esta Câmara não lhe dá nada e ele sente-se na obrigação de dar. Têm a estrada principal da aldeia esburacada, que é um autêntico rali, digno de todo o terreno. Em contrapartida Morais tem sido super bem tratada, está constantemente em obras e melhoramentos, ali não há dúvida que é do melhor! Gostaria de saber se todas estas pessoas que estão aqui a representar o povo e as respectivas Juntas gostam que haja esta discriminação.-----

-----Continuou dizendo que era apenas para mostrar ao potencial eleitorado os que foram democraticamente escolhidos pelos eleitores de que são incapazes de fazer obra só esse facto pode justificar esta discriminação. Em Talhas tem buracos dentro da aldeia onde cabem carros e ninguém é capaz de os ir lá a tapar. Vai ter de o fazer ele próprio com o seu dinheiro. No



entanto a Câmara tem montada em Talhas “uma equipa” que faz uma série de intervenções junto dos seus potenciais votantes com ameaças, intimidações e coações, nomeadamente a dizer que não terão mais jeiras para ganhar. Para fazerem isto dentro da aldeia têm habilidade, mas já não a têm para fazer o que deve ser feito. Já aqui falou dos 150€ que lhe atribuíram e que se nega a levantar, porque até tinha vergonha. No entanto pode dizer-lhes que atribuiu ele próprio uma bolsa de mil euros ao melhor aluno de Talhas para que possa ter uma educação, que o impeça de ter este tipo de atitudes discriminatórias para com os seus semelhantes, principalmente porque estamos a falar de contribuintes municipais que fazem o mesmo que fazem os outros congéneres das outras aldeias, mas que são tratados de forma discriminatória. Pode dizer que se sente roubado, ele e os habitantes da aldeia de Talhas. É evidente que apesar de tudo conseguem sempre coagir e vão ter sempre votantes cegos, porque são pessoas que não têm o mesmo discernimento e clarividência que têm as pessoas da Cidade.---

-----**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Disse que tinha saído nesta semana um artigo num jornal a dizer que o Município de Mogadouro apresentou uma queixa em Tribunal para sair das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, porque este era um negócio ruinoso para a Câmara Municipal. Pergunta ao Sr. Presidente, se a Câmara de Macedo não pode fazer o mesmo.-----

-----Outra questão tem a ver com a Feira do Folar que se realizou recentemente na sua Freguesia, Vilarinho de Agrochão e a propósito da Feira pretende saber se a Câmara dá algum subsídio à Rádio Onda Livre Macedense, porque esta Entidade não se dignou a fazer nenhuma reportagem sobre a mesma, tendo-a feito uma outra rádio do Distrito.-----

-----Sobre a Freguesia de Morais é de opinião que já só falta fazerem lá um aeroporto para trazerem os Chineses, a verem o Monte de Morais.-----

-----Neste momento **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto**, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que se solidarizou também com a Assembleia Municipal e em nome da Câmara Municipal deixou um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Vaz.-----

-----Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Municipal, Pedro Mascarenhas, informou que as mesmas preocupações foram já transmitidas quer à Entidade Gestora da Albufeira que agora é o Instituto do Ambiente, ou seja à Agência Portuguesa do Ambiente, quer à Direcção da RH. Vão continuar a insistir, mas há capacidade de armazenagem que pode e deve ser atempadamente acautelada e neste momento no final de Abril, pensa que as previsões não apresentarão qualquer risco se a capacidade for ampliada.-----

-----Sobre a intervenção do Sr. Deputado Municipal, Fernando Gomes e a taxa do IMI é de facto uma exigência que esta taxa seja ajustada em baixa e esta baixa impõe-se à medida que as actualizações das avaliações foram sendo conhecidas. Em Macedo a Taxa não é a máxima é de 0,4; mas de 0,4 para 0,5 que é a máxima era um aumento gigante e por isso é que se manteve. A recomendação é que ainda baixe, porque é desajustado ao nível de rendimentos da grande maioria da população do concelho.-----

-----Sobre a descapitalização dos Municípios pelos cortes dramáticos que a Administração Central vai impor, diz que estes cortes dramáticos já vêm desde 2010 até esta data. Esta é uma situação muito complexa, com grande diminuição de receitas, muito pouca margem de corte nas despesas sem afectar grandemente o funcionamento.-----

-----Da intervenção do Sr. Deputado Municipal, Benjamim Rodrigues, que começa por falar da saúde, todos se congratulam quando as coisas correm bem e é merecido o destaque.-----

-----Já nas questões que suscita a seguir, nomeadamente o endividamento das Autarquias com base num artigo do Mensageiro de Bragança das comparações com outras Câmaras dando o exemplo de um Município que tem umas aldeias muito arranjadinhas, mas não é nenhuma das 4 exemplares que mencionou e isto se calhar ajuda a compreender que as comparações entre Municípios são sempre perigosas. O concelho que tinha as aldeias arranjadinhas não é nenhum dos concelhos exemplares, na lógica que o Deputado, Benjamim Rodrigues apresentou. Como sabem tesouraria é uma coisa e economia é outra. A situação económica de uma empresa pode ser muito boa e a situação de tesouraria pode ser muito débil, e também o contrário pode acontecer. Nos Municípios têm de fazer também este tipo de leitura nomeadamente de que concelho e de que opções estratégicas estão a falar.-----

-----Falou por exemplo de uma bolsa de estudo para um aluno, mas a Câmara de Macedo tenta que todos os alunos do concelho desde o 1.º ano de ensino, até saírem do sistema de ensino, todos saiam com ele completo e feito com mérito. Fala nesta questão porque este ensino vai até aqueles que estão em enorme risco de abandono, tendo mesmo alguns deles já abandonado e que com projectos se tentam repescar para o sistema de ensino. Falar sobre isto com certos Municípios não valeria a pena, porque não iriam entender, porque isto não é com as Câmaras, mas em Macedo é com a Câmara. Tal como é com a Câmara que os transportes escolares se façam no menor tempo possível, tal como apoiar as actividades para todos, tal como que os professores das Actividades Extra Curriculares tenham estabilidade, podendo transmiti-la e assim trabalharem melhor com os seus alunos, e ainda tal como os alunos transportados sejam acompanhados. Mas há Municípios onde isto é tudo uma conversa muito estranha. Mas podem fazer o mesmo paralelismo na actividade cultural ou no apoio às outras instituições. Qual é o relacionamento com as outras Instituições do Concelho, que tipos de apoios e que tipos de apoios têm na saúde? Embora pensem que as Câmaras não têm de se meter nestas áreas, o que é certo é que se metem e muitas vezes acabam por ser decisivas essas incursões em territórios que não são dos Municípios. Hoje a Unidade Móvel de Saúde é um dado adquirido mas quando foi uma aposta foi uma resposta inovadora, extremamente importante, com investimento Municipal da Santa Casa da Misericórdia e com o empenho do Centro de Saúde. Mas há Municípios onde ainda não houve respostas e incursões nestas áreas. Todos devem saber que há Municípios no Distrito onde não há uma sala de cinema e por acaso uma é das que aqui foi mencionada como exemplar. Sabem que há no Distrito aldeias onde ainda não há rede de água potável e as redes de saneamento básico estão a ser executadas agora? São prioridades legítimas. Há Municípios onde as respostas sociais ao nível da deficiência são com uma entidade qualquer, que não sabe a quem compete. Nesse



campo nós sabemos a quem compete e temos parcerias e orgulhamo-nos do envolvimento do Município, custa dinheiro, mas é investimento. Custa-lhe quando se misturam as coisas, tentam baralhar e comparam o que não é igual, porque é muito diferente a actividade, a programação cultural e as dinâmicas que se criam de uns Municípios para os outros. Podem ter igual mérito, mas têm opções, diferentes e nós temos que defender as nossas opções que são o que sempre referiram, uma qualidade de vida o melhor possível para todos e uma aposta muito forte na educação e formação dos jovens. Os jovens macedenses são dos melhores qualificados e todos os indicadores o dizem. Têm dos menores índices de abandono, têm as melhores respostas sociais e têm de se orgulhar disso. Não é só mérito da Câmara, mas é o contributo que faz falta para que as coisas funcionem, como na parte cultural e noutras áreas.--

-----Em termos de empreendedorismo, de cativação de investimento e de empresas vêm muitas vezes notícias que são usadas como grandes exemplos de desenvolvimento, notícias de intenções de desenvolvimento, também têm muitas intenções, privadas e públicas de investimento, mas também têm muitas concretizadas. A Zona Industrial está com mais de 200 postos de trabalho permanente, fizeram a infraestruturização e há Municípios que aqui foram invocados que se baseiam numa ou duas empresas, são estratégias, condições diferentes e implantações físicas diferentes. A grande aposta da Câmara de Macedo com repercussões económicas é o Geopark, que é assente na identidade, na singularidade na biodiversidade, na geologia porque tem as condições para o fazer, mas também têm todo um investimento de suporte por trás de há muitos anos. Já alguns Municípios vieram perguntar como é que isto se faz. Esta comparação de Município a Município é sempre muito perigosa e o facto de ter dinheiro em caixa, nem sempre é sinal de boa gestão. Deixou claro que a situação de endividamento da Câmara de Macedo é perfeitamente controlada, está muito longe de ser das piores do Distrito, estão com redução de endividamento e os 22 milhões referidos pelo Deputado, Benjamim Rodrigues, grosso modo estão certos em termos de médio, longo e de curto prazo. O total dos compromissos, ou seja da dívida do Município anda nesses valores, mas também lhe pode dizer que compara muito bem com a maior parte dos Municípios do Distrito em termos de volume orçamental global e com as condições financeiras.-----

-----Relativamente à falta de investimento e à estrada na rua principal de Talhas, disse que ela só tem buracos porque foi feita, pois certamente ainda se lembrará que no tempo do Executivo anterior, era um buraco só, pois nem estrada havia.-----

-----Quanto à intervenção do Presidente da Junta de Vilarinho de Agrochão, Sr. Manuel Mico, informou que o negócio das águas é de facto um negócio ruinoso e muito mau. A situação de Mogadouro é uma situação diferente da de Macedo, porque o Município de Mogadouro nunca assumiu os fornecimentos por parte das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, tem um litígio de há anos relativamente a isso, não tendo participado nas últimas reuniões por incumprimentos perante a Empresa. Macedo tem uma situação muito mais complicada, é que os antigos sistemas foram praticamente todos desmantelados pela implementação da solução das Águas de Trás-os-Montes, mesmo ao nível dos reservatórios o sistema de Macedo não é retomável sem um processo muito diferente.-----

-----Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto**, esclareceu o Deputado Municipal, Pedro Mascarenhas relativamente aos argumentos que utilizou acerca do helicóptero e da crítica às posições que o Presidente da Assembleia, (Deputado, cidadão, Adão Silva) tomou. Como sabe tivemos aqui uma reunião em que foram apresentados esses argumentos e foram por ele apresentadas as suas razões. Já não o acompanhamos agora na crítica outra vez, porque não vimos nenhuma posição de novo, estando portanto no ponto de vista da Mesa este assunto esclarecido.-----

-----Relativamente à Deputada, Idália Mateus referiu que a Mesa não compreendeu a agressividade que conseguiu transpor nas palavras que proferiu, pois a Sr.ª Deputada, sabe que não tem sido esse o comportamento e a forma de tratar aqui os assuntos, assim como nas próprias reuniões da Comissão Permanente, para preparação das Assembleias. Recordase, concerteza também que ficou o Deputado, Fernando Lopes encarregado de falar com senhoras do CDS no sentido de ser uma delas a fazer o discurso do 25 de Abril. Não lhes ocorreu aquilo que a Sr.ª Deputada referiu hoje aqui relativo a 2011 e a própria também não o disse na reunião da Comissão Permanente. Podê-lo-ia ter feito pois nessa altura tinha-se definido logo um plano B. Nessa reunião da Comissão Permanente pairou logo a dúvida se as senhoras do CDS estariam disponíveis, e tinham tido todo o prazer que após a recusa das senhoras do CDS, tivesse sido a Deputada, Idália Mateus a representante desta Assembleia Municipal nas comemorações do 25 de Abril. Tudo isto se justifica simplesmente com a pressa de solucionar o problema no caso da falha, e não por qualquer acto discriminatório.-----

-----Discorda também da forma como aqui se referiu às palavras proferidas pela Deputada Inês Bárrios, a convite da Assembleia, porque o fez em nome de todos na Assembleia Municipal.-----

-----**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Relativamente àquilo que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto, disse que seriam palavras agressivas, ela diz que são palavras verdadeiras e não agressivas, pois nunca teve intenção de ser agressiva para ninguém. Quando falou em palavras da Deputada, Inês Bárrios, não quis de forma alguma ser ofensiva, tudo bem, não foram palavras, foi um discurso. Já quando falam em Plano B, não seria ela a falar nele, porque a CDU não é a 4.ª força política, mas sim a 5.ª força política, com assento nesta Assembleia Municipal. Relativamente a dizer que na Comissão Permanente poderia ter abordado esta questão, não concorda porque se à partida todos devem estar com atenção nas reuniões, logo todos sabiam o que ficou acordado em 2011.-----

-----De seguida, direcionada ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ No Bairro S. Francisco de Assis na casa n.º 57, há uma fuga de água que está a afetar fortemente tanto a habitação como o jardim anexo à casa. Este problema arrasta-se há mais de um ano e apesar dos vários pedidos feitos para que procedessem à reparação desta fuga, só há duas semanas é que dois elementos da nossa Câmara tentaram reparar a fuga existente. Dissemos bem, tentaram. A verdade é que deixaram um buraco dez vezes maior do que o que existia antes; a água corre agora com maior abundância, formando



um “lago” no próprio jardim do proprietário, onde os mosquitos abundam. Nunca mais lá apareceu ninguém, até agora! Será que estão à espera que este caso se torne um caso de saúde pública?-----

-----Nas aldeias do nosso concelho ainda se mantém o horário de Inverno na iluminação pública. Mas, em Macedo, há ruas em que, durante a noite se corta a luz para poupar. Em que é que ficamos? Só se poupa na Cidade?-----

-----A antiga estação de tratamento de águas que se situa na Barragem do Azibo está completamente abandonada, vandalizada e saqueada. Se tivessem um guarda-noturno permanente, este Executivo tinha ganho muito dinheiro. Lamentavelmente o desinteresse foi tal que hoje, só quem lá vai vê a miséria em que aquela estação está reduzida. Será que ainda se lembram do orgulho e empenho que o Sr. Presidente Pescadinha pôs na sua construção? É pena que certas coisas se esqueçam tão facilmente, senão preocupavam-se mais em preservar o que de bom e bem foi feito na nossa terra.”-----

-----**PEDRO FERNANDO REIS MASCARENHAS (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto, quem ouviu a intervenção final do Dr. Adão Silva, Presidente desta Assembleia Municipal, na última Assembleia relativamente àquilo que eu disse e relativamente ao helicóptero, certamente percebeu as minhas palavras de hoje. O Sr. Presidente da Assembleia reduziu toda a argumentação de quem é a favor do helicóptero a uma questão de emoção. E se isso não é menosprezar a argumentação, então diga-me o que isso é, e foi nesse sentido a minha intervenção. Depois o que houve ou não houve, não faço a mínima ideia. A minha intervenção foi em resposta à intervenção do Sr. Presidente que como falou em último, não deu oportunidade a que ninguém respondesse e eu aproveitei a oportunidade para responder hoje.”-----

-----**BENJAMIM DO NASCIMENTO PEREIRA RODRIGUES (PS)** – Referiu que quando o Sr. Presidente da Câmara fez a alusão à Câmara que não corresponderia em termos de endividamento e receitas, supõe que estaria a falar da Câmara de Miranda do Douro, que neste gráfico tem mais receitas do que despesas.-----

-----Continuou dizendo que gostou muito da intervenção do Sr. Presidente, parecendo-lhe até que esta terá sido a melhor que teve durante o tempo todo que faz parte desta Assembleia Municipal. O Sr. Presidente fez uma intervenção serena, tranquila, pouco evasiva e até esclarecedora contrariamente ao habitual, com algumas incorreções, mas isso é apenas um pormenor. Disse que gostaria que o Sr. Presidente percebesse, que quando vai ali para o criticar o seu objectivo é simplesmente para puxar a “brasa à sua sardinha”, pois neste momento nem tem brasa, nem sardinha, não tem nada mas este é o seu papel. Confessa que antes de ser Presidente de Junta, teve a melhor colaboração e toda a cooperação da parte do Sr. Presidente e da Câmara e por isso o enaltece aqui, porque é verdade. Agora, não percebe e só os condena pelo comportamento ulterior porque isso só se compreende pelo facto de ele não ser do PSD. Quanto à rede social desta Câmara Municipal, é de facto exemplar e ele próprio pode constatá-lo porque tem tido a melhor cooperação e têm-lhe resolvido algumas situações incómodas na sua Freguesia. Fala bem quando tem de o fazer, no entanto não pode

ignorar a forma como a Câmara asfixia o poder local da sua Freguesia. E como nem tudo é mau, agradece também o facto de terem asfaltado a Rua do Piaget e a outra que vai para Travanca. Aproveita para dizer que realmente era um asfalto destes que precisava em Talhas e pede à Câmara para pensar nisso.-----

-----Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto**, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que por esquecimento não deu a resposta na sua primeira intervenção, relativamente à Rádio Onda Livre. A Câmara tem com esta Entidade um contrato para a divulgação de eventos municipais e por isso a Câmara faz um pagamento pela prestação desses serviços.-----

-----Quanto a estas últimas intervenções, agradeceu as informações relativamente ao Bairro de S. Francisco de Assis e vão verificar o que se passa. No que diz respeito à electricidade e aos horários, informou que tem havido agora um acompanhamento muito próximo no afinar dos horários e vão verificar os casos onde haja mais desfazamento. Ainda na semana passada com a própria EDP foram colocados uma série de reguladores de fluxo na cidade, otimizando as intensidades em função das necessidades. O retorno do investimento municipal já foi atingido e estão com poupanças superiores a 20 mil euros, só na parte que foi intervencionada, pois ainda não é a rede toda.-----

-----Relativamente à antiga estação de tratamento de águas, tiveram um caso complicado, que não consideram um acto de vandalismo gratuito, mas sim um saque bem planeado, feito por profissionais com maquinaria pesada, com o intuito de roubar tudo o que lá havia de metálico, desde turbinas, tubagem, bombas e ficou de facto muito mal tratado. A questão dos guarda nocturnos da forma como as coisas estão hoje, dificilmente conseguiriam contrariar estas ocorrências.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO 2.2 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA e), N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----Pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a actividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta acta.-----

-----**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

-----**PONTO 2.2 – PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS – APROVEITAMENTO HIDROELÉCTRICO DO BAIXO SABOR – REQ. EDP – GESTÃO DA PRODUÇÃO DE ENERGIA, S.A.**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto, colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião realizada em 2013.03.18, que se transcreve: “SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS – APROVEITAMENTO HIDROELÉCTRICO DO BAIXO SABOR – REQ. EDP – GESTÃO DA PRODUÇÃO DE ENERGIA, S.A.”-----



-----Sobre o assunto presente a informação n.º 38, de 2013/03/11, da Divisão de Gestão Territorial, que se transcreve: “ Sobre o assunto em epígrafe, informo o seguinte: 1. Por deliberação de 25/02/2011 da Assembleia Municipal, foi aprovada a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal, na área a abranger pelo Aproveitamento hidroelétrico do Baixo Sabor, bem como estabelecer medidas preventivas para a respetiva área. 2. O representante da empresa que acompanhou o processo, vem informar que a suspensão termina em 13/04/2013 e que, considerando que a obra ainda não se encontra concluída e que o processo de revisão do Plano Diretor Municipal ainda não está concluído deve a câmara municipal, ao abrigo do disposto no n.º1 do artigo 112.º do Decreto-Lei N.º. 380/99, de 22 de Setembro, com a redação atual, propor à Assembleia Municipal a prorrogação do prazo das medidas preventivas por mais um ano. 3. Face ao exposto, e de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 112.º do Decreto-Lei N.º. 380/99, de 22 de Setembro, com a redação atual, esta divisão propõe à Câmara Municipal que delibere prorrogar por mais um ano a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros, na área assinalada na planta de localização anexa a esta informação, área a ser afetada com as obras necessárias à implementação do AHBS. 4. Caso a Câmara Municipal delibere no sentido de se prorrogar a suspensão parcial do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros, é necessário instruir de novo o processo, a remeter para parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, onde conste o prazo e a incidência territorial da suspensão, bem como a indicação expressa das disposições do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros suspensas. 5. A proposta de suspensão a enviar à Assembleia Municipal é acompanhada do parecer emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. 6. A suspensão do Plano Diretor Municipal de Macedo de Cavaleiros, por iniciativa do município implica obrigatoriamente manter as medidas preventivas.-----

-----DELIBERAÇÃO: Devidamente apreciado o assunto a Câmara Municipal por unanimidade dos seis membros eleitos presentes, deliberou de acordo com o pedido da Empresa EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A. e a informação técnica do Chefe da Divisão de Gestão Territorial, propor à Assembleia Municipal a prorrogação, por mais um ano, do prazo de suspensão parcial do PDM, na área a ser afectada com as obras necessárias à implementação do aproveitamento hidroelétrico do Baixo Sabor, delimitada na planta de localização anexa à informação n.º 38 da Divisão de Gestão Territorial e manter as medidas preventivas em vigor pedido este que deve ser acompanhado do parecer que entretanto deve ser solicitado à CCDR do Norte.”-----

-----**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra sobre o assunto.**-----

-----**DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto e de acordo com o pedido da Empresa EDP – Gestão da Produção de Energia S.A., e tendo em conta a informação técnica do Chefe da Divisão de Gestão Territorial e o parecer da CCDRN do Norte, a Assembleia Municipal por maioria, com 69 votos a favor e 2 abstenções, dos Deputados Municipais, Maria Idália Mateus e Rogério Martins, deliberou aprovar a prorrogação, por mais um ano, do prazo de suspensão parcial do PDM, na área a ser afectada com as obras necessárias à**

implementação do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, delimitada na planta de localização anexa à informação n.º 38, da Divisão de Gestão Territorial, e manter as medidas preventivas em vigor.-----

-----**PONTO 2.3- DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2012, NOS TERMOS DA ALÍNEA e), N.º 2, ARTIGO 64.º CONJUGADO COM A ALÍNEA c), N.º 2 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto, colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião realizada em 2013.04.15, que se transcreve: “DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2012-----

-----Presente para apreciação e aprovação os Documentos de Prestação de Contas do ano de 2012.-----

-----Relativamente a este Documento o **Sr. Presidente da Câmara** informou que no ano de 2012 o valor da execução orçamental é de cerca de 19,5 milhões de euros, 8,3% superior ao valor de 2011 que corresponde a uma taxa de execução de 79% relativamente ao previsto.-----

-----Mais disse que estão a ficar com as taxas de execução muito mais ajustadas, o que mostra também que a planificação está a ser mais rigorosa.-----

-----As grandes opções do plano tiveram uma taxa de execução de 64% e o plano de actividades municipal de 76,6%.-----

-----As despesas correntes no valor de 12.302.295.56€ e as despesas de capital no valor de 7.162.652.90€, foram ambas superiores ao ano anterior.-----

-----Disse ainda que se registou um importante aumento do imobilizado com a concretização de investimentos, co-financiados, como o Parque de Estacionamento da zona verde, a intervenção na parte urbana da EN102, estrada nacional e as requalificações urbanas no montante de 4,22%, o que é significativo.-----

-----Neste ano apesar de não ter repercussões ao nível do balanço, os projectos “Sítio Morais “ e do “Macedo Natura”, que estão já totalmente executados permitiram solidificar as bases de lançamento do Geoparque Terras de Cavaleiros.-----

-----Globalmente verifica-se em 2012 uma redução de 7% das dívidas a terceiros, relativamente ao final do ano anterior. Efectuaram-se amortizações superiores a 1,5 milhões de euros. É de referir que cerca de 750.000€ da dívida de curto prazo é cofinanciada por fundos comunitários, pelo que equivale então apenas a dívida da Câmara cerca de 150.000€.-----

-----Os encargos com juros ficaram 9% abaixo do orçamentado.-----

-----Em termos de limites legais o Município está a utilizar 80,74% da sua capacidade de endividamento de médio e longo prazo, e no endividamento líquido está com 91,83%, há assim margens de 2.492.991€ no endividamento de médio e longo prazo e de 1.435.534€ no endividamento líquido.-----

-----Quanto a despesas com pessoal informou que reduziram ligeiramente e representam cerca de 36% das despesas correntes.-----



-----Em termos do mapa de pessoal do município disse que a 31 de Dezembro 2012 a Câmara tinha menos 23 pessoas do que há um ano anterior.-----

-----Finalmente disse que neste documento estão evidenciados uma série de resultados de políticas de ajustamento que foram aqui implementados.-----

-----O Documento em termos formais é muito semelhante ao anterior, o que facilita a leitura, uma vez que se verificou que era um modelo de facto onde a informação está muito bem evidenciada e clara.-----

-----Relativamente ao Documento **os Srs. Vereadores do PS** apresentaram a seguinte Declaração de Voto, que a seguir se transcreve: “Representa este documento o último documento de prestação de contas deste executivo ao fim de 3 mandatos, volvidos que vão portanto cerca de 11 anos e meio desde a sua primeira eleição. Por força da lei fecha-se aqui um ciclo, pela não permissão de recandidatura do atual presidente Eng^o Beraldino Pinto. Para despedida fica um documento que reflete o acumular de uma gestão que não vai deixar saudades, uma gestão que deixa uma situação financeira que penalizará por longos anos aquelas que lhe sucederem.-----

-----Lamentamos que se feche este ciclo e que, no que a este documento anual diz respeito, e apesar dos sucessivos lamentos dos vereadores do Partido Socialista, nunca nos ter sido dada a possibilidade de dar a nossa opinião, o nosso contributo. Nunca deixaremos de o lamentar e estamos certos que o nosso contributo se teria traduzido certamente numa mais-valia para a gestão e os consequentes destinos do município.-----

-----Fica-nos em resto, o sentimento e a consciência tranquila de não vermos o nosso nome e a nossa responsabilidade ligada ao declínio e retrocesso a que submeteram o nosso concelho.-----

-----Mais uma, e estamos certos pela última vez, fizeram questão de apresentar este documento aos vereadores da oposição em cima da hora, não lhes deixando assim e recorrentemente, a margem de tempo necessária para uma análise conveniente. Apesar disso e terminando também o nosso mandato, queremos que o mesmo termine com a cordialidade que nos foi possível manter ao longo deste anos e no que ao documento que nos é apresentado diz respeito apraz-nos fazer os seguintes comentários: 1. Quanto à estrutura e apresentação, mais uma vez o documento é exemplar, não merecendo por essa razão qualquer reparo da nossa parte, antes pelo contrário, tal como fomos dizendo nos anos transatos, é um documento bem estruturado e não temos dúvidas que tecnicamente refletirá o que foi a gestão do município no ano de 2012. 2. A despesa corrente conheceu novo aumento em relação ao ano anterior tendo-se este aumento cifrado em cerca de 1.180.000,00€ e a despesa de capital no mesmo período apresenta uma singela variação positiva de apenas 277.423,00€. Ao nível das despesas de capital apesar de se verificar um aumento em relação a 2011, a execução global final de 62,84% não reflete uma performance digna de particular registo. 3. Na análise à Evolução do Balanço, percebemos que os resultados continuam a ser desastrosos, e apesar de se voltar a verificar uma redução na dívida a terceiros de Médio e Longo Prazo, neste caso de 1.513.283,00€ verifica-se novamente um aumento do Total do

Passivo que aumentou em cerca de 1.000.000,00€, atingindo já a desastrosa marca de 31.305.144,00€! Estes números contrariam completamente os números que ainda esta semana vieram a público na imprensa nacional e regional, e que nos colocavam em segundo lugar atrás de Mirandela que apresenta uma dívida de 25.000.000,00€. Afinal, o nosso lugar no pódio, não no pódio de honra neste caso, é o primeiro lugar! O primeiro lugar dos municípios mais endividados a par de sermos o município pior pagador do distrito. Mais uma vez dizemos: Não estão a parabéns! 4. A capacidade de endividamento do município continua a ser crítica, continuando por essa razão a por em causa o financiamento de obras há muito aguardadas. 5. Os saldos finais de 2011 apresentavam uma dívida às Águas de TMAD, à Resíduos do Nordeste e à Associação de Municípios da Terra Quente, um montante de 6.872.130 €! Nos saldos finais de 2012 a dívida a estas entidades atinge a vergonhosa quantia “oficializada” de 7.934.248,00€, mas é nossa convicção que estes não serão os valores reais, aos quais se forem somados também os juros estarão mais próximos dos 11.000.000,00€! São números que devem envergonhar este executivo, que mesmo não tendo culpa, envergonham os macedenses. E neste particular, cabe aqui uma nota ao descaramento deste executivo em atirar para os próximos 4 anos o pagamento destas dívidas! Já o dissemos no passado, e voltamos a repetir, este executivo financiou-se com as receitas da cobrança aos munícipes do fornecimento de água e recolha de resíduos e deixa para o executivo seguinte o pagamento de tão avultadas dívidas. 6. Temos dito reiteradamente e sendo esta a última vez que este executivo vem apresentar contas de gerência, voltamos a repetir que, V. Exas. não ficam de parabéns, ficarão para a história como o executivo que herdou uma autarquia com uma dívida na ordem de 6.000.000€ e passados 3 mandatos passam o testemunho com uma dívida a rondar os 31.500.000,00€! E esperamos enganar-nos, pois atendendo a que este é um ano de eleições autárquicas e atendendo àquilo que já se está a verificar na quantidade de obras que pretendem realizar por todo o concelho, certamente que estes números, tal como aconteceu em 2005 e 2009, anos de eleições, irão disparar e as contas quando forem apresentadas, farão certamente estes números aproximarem-se mais depressa dos 35.000.000,00€! É a nossa convicção, cá estaremos para ver!-----

-----Os vereadores do Partido Socialista manifestaram sistematicamente o seu desacordo com os sucessivos Planos e Orçamentos apresentados por este executivo, manifestando assim que não se reviram ao longo dos anos nas opções e estratégias deste executivo.-----

-----Em final de mandato, mais uma vez reiteramos que o caminho traçado por este executivo só nos poderia levar a um destino, o do retrocesso, infelizmente não nos enganámos.-----

-----Quanto ao documento que nos é apresentado, e estando em causa a análise dos elementos nele contidos, os quais tecnicamente não pomos em causa, os vereadores do Partido Socialista, porque mais uma vez não se revêm na política levada a cabo por este executivo, abstêm-se na votação do mesmo. Os vereadores do Partido Socialista”.-----

-----Relativamente a esta Declaração de Voto o **Sr. Presidente da Câmara** disse que não os surpreende tudo o que acabaram de ouvir e com a qual não concordam por não ser



verdadeira, e divergirem em muitas das questões que têm a ver com a gestão do Município. Relativamente às dívidas disse que a única dívida que aumenta é a referente às Águas de Trás-os-Montes, situação que o Executivo conhece e que só se consegue ultrapassar com a reestruturação do sector para o qual lutam há muitos anos e só com a integração que ocorrerá como se prevê no próximo ano, o Município conseguirá ter sustentabilidade.-----

-----DELIBERAÇÃO: Concluída a apreciação e discussão dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2012 elaborados de acordo com o POCAL e a Resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas, procedeu-se à votação dos mesmos, sendo aprovados por maioria, com três votos a favor do Sr. Presidente da Câmara Beraldo Pinto e Vice-Presidente da Câmara Manuel Duarte Moreno e do Sr. Vereador Carlos Barroso e três abstenções dos Srs. Vereadores Rui Vaz, Gilberto Galhardo e Maria Adelaide Baptista, e encontram-se devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado.-----

-----Mais foi deliberado remeter o assunto à próxima Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação nos termos do disposto na alínea e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações constantes da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 53.º do mesmo diploma legal.”-

-----Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto**, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que começou por fazer a seguinte abordagem sobre a gerência de 2012: “ O ano de 2012 fica marcado pela conclusão de um conjunto de projectos basilares do Geoparque Terras de Cavaleiros. Concluiu-se o projecto Percorra Milhões de Anos Geológicos nos 12 878 ha do Sítio de Morais e no âmbito deste projecto foi criada uma rota geológica com 110 Km, devidamente sinalizada com material de apoio à visitação (folhetos, guia do sítio), foi instalado o Centro de Interpretação Geológica na antiga casa da floresta de Morais e foi instalado por adaptação da escola de Salselas, o Centro de Acolhimento ao Visitante em Salselas e foram realizados diversos estudos. Foi concluído também o Projecto Macedo Natura no âmbito do qual se criou uma rede de percursos pedestres de 143 Km por todo o concelho, foi criada a Estação de Biodiversidade – Estação de Biodiversidade de Santa Combinha com 2,6 Km onde foram monitorizadas e inventariadas uma boa parte de espécies de borboletas e libelinhas das que existem em Portugal, algumas bastante raras, tendo sido elaborado também o guia dos cogumelos silvestres. Foi feita a inventariação e avaliação do património geológico do concelho e foi elaborado o Plano de Gestão e Marketing para o Geoparque e foi feita a definição dos geosítios a intervir prioritariamente em 2013; o gnaisse de Lagoa e a descontinuidade de Conrad também em Lagoa, o Poço dos Paus junto a Balsamão, os Cálcarios de Salselas, cuja intervenção já foi iniciada, o Miradouro da Sr.ª do Campo para inventariação e observação geológica e morfológica do solo e o Volfrâmio de Murços. Estão inventariados 36 geosítios e estes são os primeiros 6 a serem intervencionados.-----

-----Mas o ano de 2012 ficou marcado também por um vasto leque de obras de requalificação urbana na cidade: a intervenção na parte urbana da EN 102, na Av.ª Infante D. Henrique, na envolvente ao Complexo Desportivo e Quartel dos Bombeiros e nos Bairros da

Cortinha do Moinho Manuel Duarte Moreno e o Parque de Estacionamento da Zona Verde. Apesar das restrições que se vivem foi possível em 2012 continuar a aposta na educação e formação, com o apoio às escolas e às famílias e dispor de uma rede de transportes minimizando o tempo de transporte dos alunos. Manteve-se em 2012 uma actividade cultural de grande relevância. Na área social prosseguiu o trabalho de apoio às Instituições e famílias e a dinamização da participação em rede de cooperação, com destaque para o Conselho Local de Acção Social. Foi o ano de implementação do PROVE e da Feira Franca e o ano de arranque das obras do Lar Residencial da Cercimac, com o apoio do Município.-----

-----O Município continuou na primeira linha dos Municípios ECOXXI, com galardão de EcoEscolas em todas as escolas do concelho. Além das nossas praias terem Bandeira Azul, foi também o ano em que a Praia da Ribeira foi considerada Praia Maravilha de Portugal. Foi também o ano em que relativamente aos documentos de prestação de contas o valor da execução orçamental foi de 19,5 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 79% do orçamentado e este é um valor superior em 8,3%, aos valores de 2012. Tiveram em 2012 um ano muito bom em termos de execução orçamental e de investimento.-----

-----As Grandes Opções do Plano tiveram uma taxa de execução de 64% e o Plano de Actividades Municipal de 76,6%. As despesas correntes foram de 12.302.295,56€ e as despesas de capital de 7.162.652,90€, ambas superiores ao ano anterior. Em termos de concretização de investimento, a avaliação do imobilizado faz registar um aumento de 4,22% e como já atrás referi não tendo tradução em balanço ao nível do imobilizado a parte imaterial do Percorra Milhões de Anos, do Macedo Natura, do Inventário Geológico e do Plano de Gestão do Geoparque, foram também investimentos de grande relevância.-----

-----Mas este é um ano em que em consequência do actual nível de equipamentos e actividades não foi possível a libertação de meios financeiros para despesas de investimento, ou seja, no ano de 2012 não houve libertação de verbas de receitas correntes para investimento, em virtude de o investimento classificado como corrente, na educação, no desporto, na cultura, na promoção do empreendedorismo, na área social e do turismo, ter absorvido a totalidade das receitas correntes. Globalmente verifica-se uma redução de 7% das dívidas a terceiros, relativamente ao final do ano anterior. Em 2012 efectuaram-se amortizações superiores a 1,5 milhões de euros. O endividamento de médio e longo prazo, ficou nos 10.987.481€ e as dívidas globais de curto prazo somavam 11.117.291€, registando estas um ligeiro decréscimo relativamente a 2011. Desta dívida chama a atenção que a maior parte dela é relativa a obras financiadas, há o reembolso dos 750.000€ das despesas que correspondem a fundos comunitários e em termos reais o que se traduz em dívida é inferior a 200 mil euros, havendo assim uma folga superior a 500 mil euros. Os encargos com juros ficaram 9% abaixo do orçamentado e de acordo com os limites legais, o Município está a utilizar 80,74% da sua capacidade de endividamento de médio e longo prazo e 91,83% da capacidade de endividamento líquido, existindo assim margens de 2.492.991€ e 1.435.534€, respectivamente. Em síntese há margem para aumentar endividamento.-----



-----O total do passivo exigível de curto e de médio e longo prazo era em 31 de Dezembro de 22.164.772€, sendo inferior em mais de 1.590.787€ ao verificado no final do ano anterior, que era de 23.755.559€. Verifica-se assim que o passivo no final do ano anterior era mais 1.590.787€ do que em 31 de Dezembro de 2012. As despesas com pessoal reduziram ligeiramente e representam cerca de 36% das despesas correntes. O rácio despesas com pessoal/despesa total baixou de 28,79% para 23,14%. A 31 de Dezembro o mapa do pessoal do Município tinha 277 pessoas, menos 23 do que há um ano atrás. O ano de 2012 foi também de consolidação da modernização administrativa e do sistema de gestão da qualidade do Município e do processo de certificação dos serviços municipais que veio já em 2013 a obter a certificação. Em síntese, o exercício de 2012 traduz o equilíbrio entre uma execução, obras e de acções, num ritmo e num volume intenso, continua a prosseguir as estratégias essenciais e as linhas matriciais de acção do Executivo e consegue reduzir endividamento sendo que há que continuar este caminho, nomeadamente na dívida de curto prazo e aqui mais uma vez os pontos críticos em termos do equilíbrio orçamental são os sistemas de águas e os sistemas de resíduos. São de facto a variável nisto tudo que é muito difícil de acomodar neste processo de ajustamento e este exercício de 2012 já reflecte bem os ganhos de eficiência e organização e só assim é que foi possível concretizar tanto e conseguir que a situação financeira tenha este caminho de ajustamento para uma diminuição progressiva.”-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**MARIA MANUELA SANTOS (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Reúne ordinariamente esta Assembleia Municipal para, mais uma vez, como anualmente acontece, fazer a análise e a votação das Contas de Gerência deste Executivo PSD/CDS-PP. Mas este não é um documento qualquer, este é um documento que marca o fim de um ciclo, um ciclo de governação ao qual quatro pessoas ficarão indubitavelmente ligadas, em particular os maiores responsáveis pela mesma, Beraldino Pinto e Duarte Moreno. Este é portanto um momento de balanço, não de balanço meramente contabilístico com base num documento que habitualmente nos é bem apresentado na forma, mas sim o balanço daquilo que ele nos transmite no conteúdo.”-----

-----No conteúdo ele transmite-nos muito mais do que a mera contabilidade do exercício de 2012 e a sua comparação a 2011. Ele transmite-nos a razão do estado de espírito da maioria dos macedenses, o desencanto, a tristeza, o desalento daqueles que em tão pouco tempo viram as suas expectativas goradas, os seus sonhos interrompidos e a esperança perdida de verem aqui ficar os seus filhos e netos. Pode até não ser o pior ano de resultados contabilísticos, não será certamente, mas é aos olhos de todos mais um ano de fracas realizações, mais um ano de um progresso anunciado e prometido, mas desde há doze anos não cumprido. As contas de gerência do nosso concelho veem-se na vida que encontramos nas ruas da nossa cidade, na dinâmica da sua atividade económica, na tristeza estampada no rosto daqueles com quem nos cruzamos. As contas de gerência do nosso concelho, veem-se nos números dos últimos censos, com a perda de quase 10% da nossa população, na contínua desertificação das nossas aldeias e na moribunda atividade económica do nosso tecido

comercial e empresarial. Herdaram há 12 anos um concelho promissor, quiçá o concelho mais promissor do distrito, um concelho que dava o mote, o mote na cultura, o mote no apoio social, o mote na renovação urbanística, o mote na expectativa do desenvolvimento económico.-----

-----Herdaram um Município com contas saudáveis, com uma dívida que quase se podia considerar residual, que permitia a qualquer um “sonhar em fazer”. Deixam uma herança pesada, e essa, este documento reflete bem! Há neste Executivo quem diga que as contas estão controladas, que o pagamento das dívidas a fornecedores estão planificadas, pois bem, controladas estarão, mas não pelo Executivo, controladas estão porque a Lei exigiu que fossem controladas. Mas há uma coisa que este Executivo não diz, é que as contas estão controladas e planificadas para quem vier que as pague! E aqui cabe um comentário ao descaramento de acumular uma dívida de cerca de 10.000.000€ a 3 entidades e agora proporem que os mesmos sejam pagos de Junho de 2013 até 2017, precisamente a vigência do próximo mandato, quem vier que pague! Facilmente se pode antever que pagar este valor em tão curto espaço de tempo, juntando-lhe o resto da dívida nomeadamente aos restantes credores e à banca, é obra! É efectivamente esta a vossa obra!-----

-----Os números e a análise aos mesmos já os vereadores do Partido Socialista tiveram oportunidade de comentar em sede de reunião de câmara, a bancada do PS revê-se na sua análise e pelas razões então apresentadas, em particular na consideração de este ser um documento técnico ao qual não colocamos dúvidas, a bancada do Partido Socialista, em coerência com as posições tomadas em iguais circunstâncias no passado, abstêm-se na votação do documento e reitera a sua total discordância nas opções políticas e de gestão levadas a cabo por este Executivo.”-----

-----**MARIA ISABEL MORENO XAVIER ESCUDEIRO (PSD)** – Começou por dizer que pela primeira vez neste mandato não tinha reunido a Comissão de Economia e Ambiente, apenas por meras dificuldades pessoais não tendo portanto tido a possibilidade, desde que recebeu o documento de convocar a comissão para reunirem.-----

-----Seguidamente fez a intervenção que a seguir se transcreve: “No documento apresentado pelo Município não tenho nada a dizer quanto à sua estrutura e apresentação porque todos os anos ele nos aparece sempre construído e bem conseguido. O documento de Prestação de Contas 2012, apresentado pelo Município num contexto nacional recessivo e de cortes e controle brutal das contas públicas, centrais e locais são de salientar alguns indicadores que evidenciam a resistência e resiliência da saúde financeira do Município. Interessa pois nesta análise avaliar algumas componentes que têm reflexos no saldo final da Conta de Gerência. Um dado a referir, e como o Sr. Presidente da Câmara fez a sua intervenção, intervenção essa que no fundo vai ser um pouco o pensamento que eu tinha sobre o assunto. Quero apenas salientar e dizer desde já que este documento quanto à sua estrutura em termos financeiros parece-me um documento perfeito, mas quanto a mim peço por omissão relativamente a alguns esclarecimentos que sempre entendi ao longo de todas as minhas intervenções, deveriam vir juntamente com os documentos de prestação de contas. Um dado a referir ao equilíbrio orçamental que se tem vindo a verificar e a consolidar pois a receita



corrente embora este ano tenha evidenciado um saldo menos favorável, tem estado ao longo dos dois últimos anos a suportar a despesa corrente, sendo que as transferências correntes representaram no ano de 2012 apenas 41% das receitas. Um outro dado a sublinhar tem a ver com a taxa de execução das receitas e despesas que no meu entender, este é o ano em que melhor refletem um rigor orçamental e de execução. Assim no ano económico de 2012 assistiu-se a uma taxa de execução de receitas de 92,9% e de despesas de 92,86%, face ao previsto. No que à taxa de execução de receitas correntes diz respeito, refira-se apenas que a rubrica referente aos impostos indirectos teve uma execução longe do previsto, tendo-se situado apenas em 17,75% e o seu peso nas receitas totais correntes do Município situou-se apenas em 9%. Quanto à análise do balanço e no que diz respeito ao passivo é de salientar uma ligeira diminuição da dívida a terceiros, quer na dívida de médio e longo prazo quer na de curto prazo.-----

-----O aumento dos acréscimos e diferimentos verificados no ano 2012, refletem como já foi referido principalmente os montantes de comparticipação do QREN, das obras de requalificação urbana e que por imposição do POCAL o recebimento destes contratos são classificados como proveitos diferidos e só são considerados proveitos do exercício após o seu encerramento e na mesma proporção das amortizações anuais. Quanto ao resultado líquido do exercício verifica-se uma clara melhoria face a 2011 e os valores apurados estão essencialmente suportados por uma diminuição de custos. Nesta conjuntura de crise sublinhem-se ainda os valores executados na redução do serviço da dívida em quase 13%, consolidando uma estabilização realista do desempenho orçamental. Nesta área reforce-se que nos últimos 4 anos essa redução totaliza os 29% numa evolução com sinais consistentes. Relembre-se paralelamente a capacidade de endividamento que legalmente o Município tem e o aumento do índice de insolvência. Quanto à análise da despesa na óptica das Grandes Opções do Plano que incluem designadamente o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades Municipais, verifica-se que a taxa de cabimento é de 86,35% e a taxa de liquidação é de 75,9%, não sendo contudo de leitura imediata quais são efectivamente as despesas previstas, cabimentadas e executadas o que pode conduzir a leituras difíceis e distorcidas. Em conclusão, globalmente verificamos que as contas de 2012 revelam um esforçado exercício de equilíbrio orçamental que deverá claramente continuar nos próximos anos.”-----

-----**FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS)** – Antes de começar a sua intervenção solicitou permissão ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto, para o deixar voltar ao ponto anterior e dizer ao Sr. Presidente da Câmara que houve alguns concelhos, nomeadamente o de Baião e alguns do Alto Tâmega que se pronunciaram sobre este estudo. Em relação a uma questão, colocada por alguém relativamente à gestão da Câmara, gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se não acha que o diferencial entre o débito e a facturação nas águas uma diferença de 46%, não é um erro de gestão da Câmara Municipal.---

-----De seguida fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Relativamente aos custos e diferimentos constantes do balanço, tenho a dizer que é verdade que estes podem ter a ver

com várias coisas, como por exemplo com custos que vão ser feitos em anos seguintes e que são reconhecidos nesta data, é por isso que são custos diferidos em diversos anos económicos. De qualquer forma têm reflexos nos custos e na demonstração de resultados e também têm reflexos no passivo na demonstração do passivo. De qualquer forma parecem-lhe muito elevados e não sabe a que se reportam estes custos diferidos.”-----

-----Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto**, passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que referiu que o Partido Socialista fez na sua intervenção uma continuação da intervenção dos Srs. Vereadores na Câmara Municipal. Falaram de um concelho de há doze anos atrás que não existia, e falaram de uma apreciação destes anos de mandato, que coincidem com a minha Presidência do Município que também estão longe de ser justos. Da intervenção da Deputada, Manuela Santos, reporta para a declaração de voto dos Vereadores do PS na Câmara Municipal e se aquela estava errada, a intervenção que aqui apresentou parte de um pressuposto errado, logo não pode estar certa. E não está certa nas duas vertentes, ou seja: não está certa no que diz respeito ao balanço deste ano e destes últimos anos, e não está certa na imagem que quer transmitir do que era Macedo há doze anos atrás.-----

-----A Sr.ª Deputada começa por dizer que: “...Macedo há doze anos era um concelho promissor, era uma referência na cultura, era uma referência social, era uma referência...” e não disse mais nada.-----

-----Agora pergunto eu era um concelho que apostava em quê? Queria que as pessoas ganhassem dinheiro em quê? Queria que as pessoas tivessem emprego em quê? Muito sinceramente o concelho que encontraram há 12 anos atrás, era um concelho de fachada, de marketing e publicidade até nas obras. Muitas das obras que agora andam a fazer, são para resolver problemas que ficaram lá tapados com polimento por cima, porque as tubagens que estavam por baixo ainda eram do tempo do ex-Presidente Pescadinha. Hoje as obras que foram feitas no concelho e na cidade têm gás canalizado, têm fibra óptica, têm tubagem nova, têm saneamento novo e têm água nova. Podem ter defeitos, mas são mais exigentes, enquanto que há 12 anos atrás, nem sequer procuravam o defeito, o mais fácil era tapá-lo. A Cortinha do Moinho foi um sorvedouro de recursos desnecessários por precisarem de rever tudo, acontecendo o mesmo em todas as outras obras. A Rua Alexandre Herculano está a precisar de uma intervenção urgente, a Rua Pereira Charula está nas mesmas circunstâncias e até lhes está a custar mexer, porque vão dizer que estão a desfazer obras de há 12 anos atrás. Era esta a maneira de agir. Lembra também a obra da Av.ª da Estação que há 12 anos atrás toda a gente se queixava dos paralelos e dos buracos e agora queixam-se de um pequeno buraco no tapete. Estão a falar do balanço de comparação entre o que era este concelho em termos estratégicos há 12 anos atrás e o que é hoje. O caminho que vinha até ali, era o do passo à frente e logo se vê no que é que dá. Hoje, é um caminho de 10 anos de percurso, de 10 anos de trilho para uma estratégia que aqui nunca foi escondida. Dotar o concelho de condições para que o investimento feito pelos empresários, tenha sucesso, de preferência num turismo que aproveite as nossas maiores riquezas. Hoje temos investimentos de sucesso já



concretizados, podem ser poucos, mais ainda queremos mais. Garante que as condições foram persistentemente e pacientemente concretizadas. No ano de 2013 vão ter mais equipamentos e vão continuar neste caminho. Esta é uma estratégia que é deles, e antes não havia estratégia nenhuma.-----

-----Na área cultural o que é que havia em termos culturais mais do que há hoje? Podem eventualmente gastar menos em termos de aquisições de espetáculos e de intervenções externas, mas hoje Macedo tem uma riqueza cultural muito maior e honra seja feita a quem trabalha nessa área. Há muita gente, muitas associações e muita cultura local que foi preservada e também tiveram bons espetáculos. E já agora, qual era a sala de espetáculos há 12 anos atrás? Pediam emprestado o seu Auditório à Associação Comercial. E o que é que tinha sido investido em edifícios na área da cultura? E na área da educação, que escolas tinham sido feitas no mandato no tempo do Partido Socialista? O Jardim de Infância do Loteamento da Rua António José Miranda. Quais eram os apoios que eram dados à comunidade escolar há 12 anos atrás? Qual era a estratégia do PS em termos educativos? Não era nenhuma. E o que foi feito em termos de equipamentos e de intervenção na área da saúde? E nas outras áreas? O Quartel dos Bombeiros andou “aos saltos, sem rumo nem roque”, custou, mas foi feito. O Centro de Saúde, está feito, as intervenções urbanísticas estão feitas, os Museus, os equipamentos colectivos e o envolvimento dos outros, nomeadamente com os Museus que passaram a estar abertos tanto os públicos como os privados passaram a estar numa rede de cooperação, e isto significa um tempo novo que permite e quer que os privados ganhem dinheiro para viver melhor. Tudo isto este concelho não tinha. Também é certo que os tempos que correm não são os mais favoráveis, mas perguntem aos concelhos vizinhos e leiam nas notícias que sai dos outros concelhos. A concorrência é forte e o mercado é baixo. Mas nós somos os que estamos melhor preparados para dar a volta e sair melhor deste período difícil, temos um rumo traçado e qualquer investidor sabe com o que pode contar, tanto em termos de Zona Industrial como em termos da área do Turismo, que é a que mais privilegiam. Há 12 anos, qual era o ponto da situação dos acessos, à Zona Industrial eram um plano B, com um Nó remendado, mas esta Câmara não baixou os braços como fez o Executivo anterior. Apresentaram uma proposta à tutela com uma solução, prosseguiram-na, foi feito o projecto do Nó, ainda antes da decisão da Autoestrada e foi depois incorporada no Nó do projecto da Autoestrada. Esta era a grande ambição deste concelho, que só porque foi conseguida por eles, por isso não valeu nada. Apesar destes dois últimos anos terem sido muito difíceis, nisto estão muito à vontade para comparar; o resultado do trabalho deles com o tal Macedo do tempo do PS que era um concelho promissor (não sabe em que área), mas era promissor, tinham os recursos mas não tinham uma Câmara que os trabalhasse. Tinha construído o Centro de Recuperação de Aves no Azibo, e pergunta, para quê? Nessa altura ouviu uma resposta que não é só herdar coisas boas, também herdar as más. Herdaram a responsabilidade de gestão da Câmara, mas desde o princípio sempre estabeleceram um rumo que esta Assembleia sempre acompanhou. Custa-lhes muito ver fechar uma loja no concelho e o mesmo acontece quando uma família se vai embora, mas estão bem cientes do que

acontecia se a gestão fosse diferente, o que acontecia se não houvesse um rumo, o que acontecia se a comunidade não tivesse a coesão, envolvimento e a dinâmica que tem. Da parte desta Câmara Municipal, tudo fazem para que essa coesão exista e nunca há atitudes do Município que misturem questões pessoais com questões de relacionamento institucional e questões de coesão.-----

-----Podem falar de outros aspectos de medição de desempenho, de estratégias e continuarem a discordar. Mas pode e deve também fazer aqui alguns esclarecimentos no que respeita à situação financeira e à leitura que o Partido Socialista fez na Câmara Municipal, nomeadamente inventando valores de dívida. O Sr. Deputado, Fernando Gomes que é uma pessoa que sabe, já se questionou no que faz sentido questionar-se ou seja, são de quê os diferimentos? A resposta é simples. São de investimentos com Fundos Comunitários, não podia ser de outra forma, porque nenhum outro item corresponderia a valores desta ordem e o Sr. Deputado facilmente diz: “parece-me difícil ser isso porque é um volume muito grande”, mas é exactamente disso que se trata. E é muito fácil fazer demagogia com as coisas, mas é preciso ter razão porque senão somos rapidamente desmascarados e aqui o que se trata de facto, é que em termos de balanço aparecem os diferimentos como devem e têm de aparecer.-

-----É importante não fazer interpretações com os números à vontade do “freguês” e fazê-las com rigor, porque a contabilização que está feita é rigorosa e os valores da dívida reais que são apresentados são rigorosos.-----

-----**MARIA JOSÉ ALVES DE LIMA (PS)** – Disse ao Sr. Presidente da Câmara que compreende que defenda aqui o trabalho que fez e acredita sinceramente que tanto o Sr. Presidente como a sua equipa fez o seu melhor, tendo sempre em atenção que seria o melhor para o concelho. Mas também tem de compreender que alguns macedenses não concordem com o trabalho que fez. É assim a democracia. Não é macedense, veio para cá e gostou muito de estar cá, pois foi a terra que a adoptou e onde encontrou gente de quem gostou. Pessoalmente, não gostou daquilo que disse dos 8 anos que antecederam o seu mandato. Não se pode esquecer que Macedo foi elevada a cidade, criou-se a Zona Industrial que obviamente esta Câmara continuou, pois já há 12 anos que está a Governar e tiveram de continuar o trabalho, e quanto à opinião do Sr. Presidente deram uma boa continuidade. Respeita a ideia do Sr. Presidente, mas tem de respeitar também a ideia de quem acha que não fez o seu melhor. Naqueles 8 anos, deu-se o primeiro empurrão ao Azibo e Macedo começou a aparecer na Comunicação Social. Deram-se os primeiros passos na área social e da cultura depois esta Câmara deu boa continuidade. Mas não diga que não se fez nada, tanto mais pelo respeito áqueles que o antecederam, que da mesma forma que o actual Executivo, também eles deram o seu melhor, durante os 8 anos. Esta Câmara está em funções há 12 anos, continuou o trabalho e pensa que nas áreas social e cultural nunca teve muitas críticas por parte do Partido Socialista, não acontecendo o mesmo em outras áreas. Mas por favor não diga que em 8 anos Macedo não foi nada, porque foram cidade e isto teve grande peso em termos de verbas que entraram. Este trabalho de 8 anos não foi feito só por Socialistas, foi feito também por gente do PSD, que tinham a sua porta aberta no comércio e disseram bem da sua



terra e levantaram a bandeira por Macedo. Da mesma forma que o Sr. Presidente da Câmara se orgulha e o PSD/CDS-PP se orgulha do que fizeram durante os 12 anos de mandato, também ela se orgulha do trabalho que foi feito em 8 anos pelo PS.-----

-----**DELIBERAÇÃO: Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria com 51 votos a favor e 20 abstenções dos Deputados Municipais, Maria Manuela dos Santos, Manuel António Machado Carvalho, Fernando Humberto Gomes, Celina da Conceição Sá Martins, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Isabel Maria Vaz Mesquita da Costa, Carlos Alberto Camelo, Rogério Paulo Esteves Martins, Maria Idália Ferreira Correia Mateus, Luís Adelino Batista, Maria José Alves de Lima, António Carlos Manso Gonçalves, Helena Isabel Pires Seabra, António Joaquim de Araújo Oliveira, Maria Virgínia Gonçalves de Sousa, António Luís Gomes, Camilo António Morais, Joaquim Manuel Ferreira Seabra, Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues e Manuel António de Sá Mico, deliberou aprovar os Documentos de Prestação de Contas do ano de 212, que aqui se dão como integralmente transcritos ficando cópia dos mesmos, devidamente arquivados na pasta correspondente a esta reunião.**-----

-----**Fizeram declaração de voto:**-----

-----**FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS)** – “Porque entendo que este documento não devia vir à Assembleia Municipal, porque é um documento meramente técnico e porque ele corresponde à gestão corrente do Município e não à gestão política do Município, por esse motivo o Partido Socialista, absteve-se na votação.”-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Conforme estipula o n.º 1 do artigo 84º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Exmº Sr. **Presidente da Assembleia, substituto**, perguntou se havia alguém no **público** que quisesse neste momento intervir. -----

-----Não houve quem pretendesse usar da palavra:-----

-----Finalmente foi posto à votação para **aprovação em minuta** os pontos 2.2 e 2.3, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

-----**Eram vinte e quatro horas e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, substituto, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos Ex.mos. Presidente, 1º e 2º Secretários.**-----

